

“Eu quero ter uma vida!”: enfrentamentos interseccionais de sujeitos LGBTQIA+

“I want a life!”: intersectional coping strategies of LGBTQIA+ people

Lucas Novais Barros¹, Veridiana Silva Machado², Marilda Castelar³

Como citar esse artigo. BARROS, L. N. MACHADO, V. S. CASTELAR, M. “Eu quero ter uma vida!”: enfrentamentos interseccionais de sujeitos LGBTQIA+. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 358-370, mai./ago. 2024.

Resumo

Aparatos coloniais estigmatizam pessoas LGBTQIA+ a partir de diferentes posições, como raça, classe, gênero e sexualidade. Compreendendo tais opressões, urge a necessidade em articular estratégias que se articulem como enfrentamento subjetivo, político e social. Com isso, este trabalho tem como objetivo analisar estratégias de enfrentamento elaboradas e vividas por pessoas LGBTQIA+. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, com suporte da técnica do grupo focal e o uso do diário de campo. Foram realizados dois grupos focais entre 2021 e 2022, com 5 pessoas LGBTQIA+ diversas, onde discutimos vivências interseccionais, estratégias de enfrentamento e manifestações de nossas produções artísticas. Apresentamos duas categorias a partir dessas discussões, que trouxeram importantes reflexões sobre preconceitos e histórias de vida das pessoas participantes com as violências cotidianas, além das repercussões interseccionais (a partir de raça, gênero e sexualidade) dessas questões.

Palavras-chave: Decolonialidade. Estratégias de Enfrentamento. Interseccionalidade. População LGBTQIA+.



Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

Colonial apparatuses stigmatize LGBTQIA+ people from different positions, such as race, class, gender and sexuality. Understanding such oppressions, we can think about strategies that are articulated as subjective, political and social confrontation. Given these reflections, this work aims to analyze coping strategies developed and experienced by LGBTQIA+ people. This is a qualitative and exploratory research, supported by the focus group technique and the use of a field diary. Two focus groups were organized between 2021 and 2022, with 5 diverse LGBTQIA+ people, where we discussed intersectional experiences, coping strategies and manifestations of our artistic productions. In this work, I present two categories based on these discussions, which brought important reflections on prejudices and life stories of people participating in everyday violence, in addition to the intersectional repercussions (based on race, gender and sexuality) of these issues.

Keywords: Coping Strategies. Decoloniality. Intersectionality. LGBTQIA+ Community.

Introdução

Ser LGBTQIA+ (sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis, Queer, Intersexos e outros) no Brasil nos convoca diariamente a promover uma cultura automática de autocuidado. Seja pelo silenciamento de nossas subjetividades ou pelo apagamento de nossos corpos, existir no país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo nos distanciam do que nos esperam nas avenidas identitárias (Grupo Gay da Bahia, 2018). Avenidas essas que, como Carla Akotirene (2020) nos ensina, nomeiam encruzilhadas

Afiliação dos autores:

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Graduado no curso de Psicologia da da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, Bahia, Brasil.

²Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Professora dos cursos de Medicina e Psicologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, Bahia, Brasil.

³Doutora em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Professora do curso de Psicologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, Bahia, Brasil.

Email de correspondência: lucasnovb@gmail.com

Recebido em: 15/05/2024. Aceito em: 10/07/2024.

que marcam pontos onde diversos processos discriminatórios se inter cruzam.

Junto a outras feministas negras decoloniais, Akotirene (2020) se debruçou sobre estudos da interseccionalidade, onde salienta a necessidade de análises aprofundadas acerca das estruturas coloniais que promovem relações de poder que ditam quais corporeidades são legítimas. O lugar colonizador do homem-branco-cis-heterossexual marca a diferença dos corpos dissidentes em relação a essa lógica excludente. Reconhecemos então, que as repercussões destas diversas opressões se instauram nos âmbitos, intra e intersubjetivos de cada pessoa e grupo (Ferraz; Tomazi; Sessa, 2019; Silva; Miranda; Santos, 2020).

A realidade social onde tais mecanismos de opressão não são questionados engessa os tensionamentos frente às repercussões da colonização racista e patriarcal, dificultando o reconhecimento das verdadeiras raízes que tangem a LGBTfobia. Como elemento institucionalizado, a cisheteronormatividade é também atravessada pela colonização racista e patriarcal e o uso de lentes ampliadas para sua compreensão são necessárias (Rea; Amancio, 2018). Considerando tal elemento, debruçarmos sobre estratégias de enfrentamento interseccionais elaboradas por sujeitos LGBTQIA+ é de suma importância para reorientação de políticas públicas e promoção de espaços políticos de resistência e afetos.

Consoante, através de olhares que alinham teoria à práxis, o presente artigo apresentou como objetivo geral analisar estratégias de enfrentamento elaboradas e vividas por pessoas LGBTQIA+. De modo aprofundar tal objetivo, estruturamos enquanto objetivos específicos discutir pressupostos da interseccionalidade a partir da população LGBTQIA+ e analisar a influência das diferentes vivências e identidades encontradas na população LGBTQIA+ na elaboração de estratégias de enfrentamento. Esses objetivos são respondidos a partir de uma escrita direcionada a partir da primeira pessoa (onde exploro conteúdos subjetivos e afetações associados a experiência da produção dos dados e realização da pesquisa) e terceira pessoa (a partir de minhas ressonâncias com outras pessoas que ajudaram a construir e orientar essa pesquisa).

Para a discussão dessa temática, evidenciamos contribuições teórico-epistemológicas na interseccionalidade alinhadas com alguns teóricos dos estudos decoloniais, expostos no tópico a seguir. No tópico posterior, detalhamos nossos percursos metodológicos para a construção da pesquisa de campo e produção dos dados baseados em uma metodologia qualitativa que teve como técnica de produção de dados o grupo focal e o diário de campo. Por conseguinte, apresentamos os resultados imbricados com as discussões onde desenvolvemos as experiências dos grupos focais quanto as estratégias de enfrentamento elaboradas pelas pessoas participantes da pesquisa.

A urgência de pensar novos caminhos para a pesquisa com a população LGBTQIA+ nos movimenta a instaurar no nosso imaginário político e subjetivo a construção de espaços que sejam potências para promoção de cuidado e elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento. Esmael Oliveira, Jainara Oliveira, Letícia Nascimento e Moisés Lopes (2020) reconhecem que todos os atravessamentos voltados a essa comunidade devem ser pensados a partir de diversas dimensões sociais, considerando concepções de “corpo, saúde, doença e vida” como instâncias “existenciais, cosmológicas, éticas, estéticas e políticas” (Oliveira et al., 2020, p. 8).

Sistematizando a opressão: colonialidades interseccionais

Como uma forma de opressão institucionalizada, ou seja, à mercê de fatores histórico-sociais como o racismo, machismo, sexismo e cisheteronormatividade, a LGBTfobia implica-se em maneiras distintas de exclusão, violência e opressão contra a população LGBTQIA+ (Alves; Araújo, 2020; Silva; Miranda; Santos, 2020; Veiga, 2018). Fatores históricos determinaram a posição geográfica hegemônica da Europa, que, em prol de sua dominação capitalista, política e cultural “concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 121). A colonialidade seria o movimento que atualiza as colonizações através da modernidade.

A colonização não faz parte somente de um passado, mas também do presente, através de uma temporalidade anacrônica. A civilização moderna ocidental, apropriando-se das pressuposições de “progresso, soberania, sociedade, subjetividade, gênero e razão” (Maldonado-Torres, 2018, p. 30), instaurou um projeto de “descoberta” das Américas por meio dessas pressuposições que se articulou/articula em três dimensões estruturais para a colonialidade: saber (epistemologia), poder (ontologia) e ser (ética).

A norma, ou seja, aquilo que é tido como referência social de padrão e almejo, se emaranha em meio a tais atualizações da colonização, gerando lugares sociais específicos para aqueles que não a seguem. Podemos associar os adventos dessa normatização à articulação histórica entre religião judaico-cristã, eurocentrismo e ciência, em uma junção relevante para a manutenção dos lugares sociais de poder ocupados historicamente pelos homens-brancos-cis-heterossexuais (Silva, Miranda & Santos, 2020). E por conta dessas imbricações históricas, os efeitos da colonização seguem colonizando subjetividades a partir da junção entre raça, classe, gênero, sexualidade e outros “aparatos coloniais” (Akotirene, 2020, p. 19).

Sem uma vivência ancorada nos gêneros, raças e sexualidades possíveis, essas pessoas vivenciam as repercussões da norma imposta pela cisheteronormatividade, ditando quais lugares o corpo deve ir e ser (Ferraz; Tomazi; Sessa, 2019; Silva; Miranda; Santos, 2020). A produção racista e capitalista se funda e corrobora constantemente com esses dispositivos para que a lógica de opressão e colonização continue a operar sob estes os corpos. Existe, portanto, uma constante lógica discursiva, material e ideológica, de arraigar as relações de poder para que mulheres, negros, LGBTQIA+ e outros grupos sejam subalternizados.

A colonização expôs o que Maldonado-Torres chamou de catástrofe metafísica. A desumanização ocorre a partir desse aspecto das “descobertas” das Américas pela Europa, quando se coloca junto às “conquistas” demográficas, as “conquistas” nos níveis do saber, poder e ser, marcando a diferença entre o Eu (colonizador) e o Outro (Colonizado). Ademais, “a catástrofe metafísica inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo” (Maldonado-Torres, 2018, p. 36).

Tal manutenção, herdada desde a diáspora africana, com a mercantilização e desumanização das pessoas que foram escravizadas, segue as legitimações religiosas judaico-cristãs e científicas europeias, os ditos “eurocentrismos” para Quijano (2005). Lélia González (1984) nos aponta análises da realidade social a partir do remodelamento da história do Brasil, onde racismo e sexismo foram estrategicamente postos para baixo dos panos. Enquanto uma consciência social que opera a todo momento modernizando o mito da democracia racial, grandes teorias que pensam as realidades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+ utilizam de perspectivas epistemológicas que direcionam o olhar para a experiência branca do gênero e sexualidade.

A exemplo, o assassinato de Matheusa, estudante carioca, mulher/homem trans não binária, gay, negra e de classe econômica considerada desfavorecida, refletem que institucionalmente, sua morte não seria apenas o seu assassinato. Consoante Daniel Ferraz, Micheline Tomazi e Ariel Sessa (2019), outras mortes seriam vividas por Matheusa conforme suas identidades de gênero e sexualidade foram constantemente desrespeitadas pelos veículos midiáticos que divulgaram sua morte.

Diante desses questionamentos, apresento as colocações de Lucas Veiga (2018) para reiterar o lugar preponderante da raça na institucionalização da LGBTfobia através do que ele aponta como a experiência da segunda diáspora enfrentada por homens negros homossexuais. Emergindo “diante da heterossexualidade compulsória própria da masculinidade ocidental e diante da recusa subjetiva dos garotos negros homossexuais a se submeterem a ela” (Veiga, 2018, p. 81), essa experiência só é possível pela internalização de padrões que condenam a diferença sexual e de gênero e pelas repercussões do racismo.

Ao se ampararem em patologias e artimanhas ideológicas, espera-se dos colonizados a gratidão e docilidade para esconder e eliminar vivências que fujam da norma moderna colonial. Alterar estruturas estrategicamente fundamentadas para não serem questionadas envolve, acima de tudo, questionar

pactos ao evidenciar a necessidade de combater a colonialidade a partir de seus efeitos epistemológicos, ontológicos e éticos (Maldonado-Torres, 2018).

Como a pessoa LGBTQIA+, atravessada por raça, gênero, classe e sexualidade (ou seja, imbricada diretamente na experiência da colonialidade) se desloca da imagem de colonizado para desestruturar as amarras da colonialidade? Podemos associar esse deslocamento como um giro decolonial, que surge ao passo que tais estratégias elaboradas por pessoas subalternizadas pela matriz colonial caminham para a construção de uma nova forma de viver e subverter lógicas normativas (Collins; Bilge, 2021).

Visando afastar-se da modernidade/colonialidade, a decolonialidade pressupõe a “luta pela criação de um mundo onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e se relacionar produtivamente (Maldonado-Torres, 2018, p. 36). A partir da decolonialidade do poder, do saber e do ser, envolvemos nesses giros um novo lugar para as pessoas colonizadas, um lugar de questionamento, de criação, agente de mudança social por meio de um necessário projeto coletivo.

Para tanto, temos na Decolonialidade do Poder a possibilidade de remodelamento de estruturas e de outras culturas possíveis pelo ativismo social. Na Decolonialidade do Ser, a criatividade opera através da arte e espiritualidade tempos e espaços distintos àqueles legitimados pela colonialidade. Portanto, à Decolonialidade do Saber cabe o ato de “questionar/pensar/teorizar” (Maldonado-Torres, 2018, p. 50) para ir além da objetividade metodológica cartesiana. Trata-se de um reviver coletivo, potencializado pelos encontros e afetos e assim como Maldonado-Torres nos traz, esse reviver de fato pode ser ampliado pela criação artística, pela luta contra epistemicídios e silenciamentos.

O que permanece, entretanto, é a ruptura dessas barreiras reais e simbólicas da norma cishetero racista e patriarcal, sejam nos níveis intrassubjetivos ou sociais (Akotirene, 2020). A transcendência, ou, melhor reformulando, a desobediência epistêmica, ontológica e ética que surge a partir dessa cisão, não está desassociada das experiências de raça, classe, gênero e sexualidade, pois, são a partir desses entrecruzamentos que nos defendemos, consciente ou inconscientemente.

Quando apresento o termo “estratégias de enfrentamento decoloniais”, não generalizo, entretanto, que todas essas estratégias desenvolvem esse giro. Recordo os efeitos subjetivos das normas coloniais em nossas experiências enquanto sujeitos para frisar que muitas dessas estratégias são evocadas a partir da necessidade de se manter vivo. Lutar para se manter vivo não pressupõe que essa pessoa decoloniza seus atos, pois, tal como nos traz Maldonado-Torres (2018, p. 46), “a transição da solidão da condenação [colonização] para a possibilidade da comunicação passa pela formulação de questões críticas”. Reconhecer-se, portanto, questionar-se e avançar no sentido da adoção da decolonialidade como um projeto, um corpo aberto que desvia das colonialidades do saber, ser e poder para criação de novos mundos.

Percurso metodológico

Este trabalho compõe uma pesquisa qualitativa e exploratória, a partir da articulação entre grupo focal e diário de campo. Iniciei meus caminhos com a apropriação dos dados gerados pelo questionário do projeto o qual essa pesquisa faz parte. Como um dos objetivos específicos do projeto guarda-chuva “A construção de masculinidades na contemporaneidade e suas repercussões”, essa pesquisa possui aprovação do Comitê de Ética (CEP) da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), com CAEE 29643220.4.0000.5544.

Dentre 562 pessoas que responderam ao questionário entre 2021 e 2022, priorizamos a heterogeneidade quanto a raça/cor, sexualidade, território, identidade de gênero ao escolher as pessoas que iriam compor o grupo focal. Como forma de facilitar o contato, foram selecionadas como critério a autoidentificação das pessoas participantes da pesquisa como LGBTQIA+ e que tivessem interesse em participar dos grupos focais, além de respostas abertas sobre violência racial e de gênero, LGBTfobia, masculinidade/feminilidade e relações raciais. Os critérios selecionados resultaram em dois grupos focais com participantes distintos, com três encontros

Os três encontros aconteceram pela plataforma de vídeo *Google Meet*, tendo em vista as recomendações sanitárias ocasionadas pela pandemia da COVID-19 e para garantir a participação de pessoas de diferentes cidades. Os encontros foram gravados em áudio e vídeo e transcritos e foram realizados mediante assinatura prévia das pessoas ao TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

Para sustentar esse lugar e orientar meu caminho, utilizamos a ferramenta do diário de campo durante toda a pesquisa, que envolveu a apropriação teórica e dos questionários, realização dos grupos focais, transcrições e análises. Reconheço, portanto, que tal posição ocupada durante a pesquisa é atravessado por inúmeros lugares os quais ocupo socialmente, que atravessaram desde o momento do interesse e criação do tema aqui apresentado até a última palavra desse texto. Trata-se de um fazer não-localizado no centro da falsa neutralidade científica que esvaziam nossas pesquisas. Portanto, ao usar o diário de campo desde o primeiro processo do trabalho, refletimos pela escrita não só o que estava vendo e ouvindo, mas o que estava sentindo a partir de uma escuta localizada e afetada (Mendes; Pezzato; Sacardo, 2016).

Conforme a literatura científica nos recomenda acerca dos grupos focais (Pátaro; Calsa, 2020), selecionamos o tema “A elaboração de estratégias de enfrentamento e as diferentes vivências e identidades de pessoas LGBTQIA+” para nortear as discussões, apesar de que as dinâmicas dos encontros não se engessaram em uma linha monotemática. Nesse sentido, as próximas páginas apresentam os achados da pesquisa a partir desse olhar interseccionalizado na escuta e na vivência, em um processo em que pudemos experimentar novas posições e reflexões críticas para o nosso fazer profissional, político e artístico. Para fins de preservação da identidade das pessoas participantes, seus nomes foram substituídos por nomes fictícios.

O primeiro grupo focal, dividido em dois encontros semanais, teve a participação de Larissa (mulher cis parda lésbica), Marília (mulher cis preta lésbica) e Silas (homem cis preto gay), três pessoas LGBTQIA+ negras de distintos lugares do nordeste brasileiro. Entre uma miscelânea de palavras como transformação, reivindicação, afeto, ancestralidade, resistência, criatividade, luta, militância, espaços e cuidado, o grupo se conectou por meio da junção entre transformação, resistência e afeto. Enquanto ansiava por novas conexões, entrei em contato com seis novas pessoas para compor um novo grupo focal. O segundo grupo aconteceu em abril de 2022, e contou com a participação de duas pessoas, Raíssa (mulher cis branca lésbica) e Kari (pessoa não binária branca homossexual).

A junção entre os dois grupos focais durante o momento de análise me trouxe reflexões e inquietações robustas que foram expostas nas próximas páginas. Enquanto estava nos primeiros processos de escuta das gravações e elaboração dos diários de campo, categorias de análise surgiram a partir dos momentos de discussão, como uma forma de corporificar falas e atravessamentos entre os dois grupos. Assim, dividi o grupo em três momentos que são representados pelas categorias a seguir. Apresento nesse artigo as duas primeiras categorias elaboradas dessa experiência, visto que julgo que as discussões sistematizadas na terceira categoria (A arte enquanto enfrentamento decolonial e interseccional) exigiram um maior espaço para elaboração e escrita.

Histórias de vida e violências coloniais: atravessamentos de raça, gênero e sexualidade

Quando falamos de processos históricos oriundos da colonização e os efeitos da colonialidades sob corpos de pessoas subalternizadas, falamos também sobre a compreensão de histórias de vidas inseridas em identidades interseccionais. Essas identidades interseccionais, além de serem marcadas por lugares de opressões, são marcadas por um lugar de empoderamento, que gera por si novas vivências que apresentam afinidades, cruzamentos e identificações e particularidades, configurando um *ethos* de justiça social (Collins & Bilge, 2021).

As identidades interseccionais de cada um foram tomando forma a partir dos relatos iniciais de suas histórias de vida como pessoas LGBTQIA+. Essas histórias apresentadas no grupo revelaram conteúdos da infância e das relações familiares que são um elemento importante para autoidentificação enquanto pessoa LGBTQIA+. O contexto familiar ser o primeiro ponto a ser explorado faz sentido, visto que ele é tido

como primeiro espaço institucional onde as relações de poder se institucionalizam e contribuem para a manutenção da norma social (Longaray & Ribeiro, 2015). Nas palavras de Silas, tais normalidades surgem desde antes do nosso nascimento e nosso primeiro contato com a experiência marcada pelo racismo, machismo e LGBTfobia acontece em casa.

Há uma compreensão, portanto, de que esse espaço, em sua grande maioria, fortalece a não aceitação, que gera, como visto em alguns relatos, o medo de se assumir e/ou se mostrar socialmente enquanto pessoa LGBTQIA+. Segundo algumas verbalizações feitas nos grupos, a aceitação da família perpassa um caminho que muitas vezes pode ser longo e desgastante. Larissa exemplifica isso, ao trazer como sua relação com uma família tradicional, ancorada em preceitos cisheteronormativos a condicionou a acreditar ser uma mulher hétero durante toda a sua vida, algo que gerou tamanha frustração que gerava uma vontade de se rasgar do próprio corpo. Foi a partir do afastamento da sua família que ela começou a se entender e a se aceitar, vivendo cada dia mais como ela mesma e não como uma ideia.

Minha família fazia com que eu pensasse que alguma coisa estava errada comigo, que eu tinha nascido quebrada, que tinha algum defeito e que eu ia morrer jovem. Porque esse era o meu destino traçado pela minha família, eu ia morrer jovem. Então, eu cheguei no ambulatório LGBT: “Meu deus, eu quero envelhecer! Eu quero ter uma companheira! Eu quero ter filho! Eu quero ter uma vida, não quero morrer não! (Larissa)

A partir desse ponto, começamos a discutir sobre a invisibilidade gerado por essas marcas históricas. Silenciados pelos gritos opressores, crescemos acreditando que o erro está em nós. Ao se rasgar, Larissa passa a enxergar que o problema não estava nela. Essa invisibilidade vivenciada não só por ela, mas por Raíssa e Kari, nos convoca a refletir sobre o papel das instituições sociais na manutenção de normas coloniais. Âmbitos jurídicos, religiosos, familiares, escolares, universitários e espaços de saúde são exemplos concretos da manifestação da LGBTfobia institucional, que pode ser definida pela reprodução das relações de poder que discriminam pessoas LGBTQIA+ por ambientes institucionais e seus agentes (Feitosa, 2019). Expandimos a dimensão desses ataques ao apontarmos de onde começam, visto que são as instituições os grandes veículos dos discursos LGBTfóbicos.

Feitosa (2019) aponta que os âmbitos supracitados (jurídicos, religiosos, familiares, escolares, universitários e espaços de saúde) desqualificam em diversas instâncias oportunidades para essas pessoas acessarem direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Os agentes inseridos nesses espaços são reprodutores da cisheteronormatividade, racismo e machismo, e por isso, o embargo ou mesmo o impedimento do acesso a recursos básicos garantidos por lei são negados, ao passo que os ambientes jurídicos também reproduzem tais normas e inviabilizam muitas vezes a reivindicação por políticas e direitos sustentados pela constituição. Abaixo, trago a fala de Kari para reiterar essa colocação:

Eu sempre senti que eu não me encaixava independente de qual grupo eu estivesse. E as pessoas me faziam eu me sentir que eu era realmente de outro mundo. Que aquele não era muito meu lugar. (...) Durante toda minha infância, minha adolescência, mesmo no colégio, não tinha ninguém próximo de mim, ninguém que eu conseguisse conversar pra me explicar ou me fazer conhecer, eu não tinha nenhuma referência de TV, de pessoa, nada. (Kari)

Como coloquei acima, essas histórias de vida nos trazem processos que constroem identidades a partir da violência colonial. Essa violência se materializa por vezes como violência física, verbal, psicológica e institucional. Destaco o “ao menos” na fala de Kari que, para mim, diz respeito a um reconhecimento que existem outras formas de ser violentado que para a pessoa são mais insuportáveis do que não ser respeitada como pessoa não-binária.

Silas traz que ser um homem negro influencia em seu lugar como homem cis gay, afinal, em suas palavras, são questões inseparáveis. A experiência racializada de uma pessoa LGBTQIA+ negra remonta desafios particularizados pelo racismo no Brasil, que ganha roupagens ocultas pelo mito da democracia racial. A experiência da segunda diáspora, salientada por Lucas Veiga (2018), coaduna com o que Larissa, traz sobre ser uma mulher cis negra lésbica. Reconhecer-se a fazia sentir como se estivesse com um alvo a mais em suas costas. A despeito disso, trouxe um relato em que o pai de sua namorada não queria a conhecer por “não bastar a filha ser lésbica, ainda namorar uma favelada não branca”. São experiências que não se distanciam, pois, em si, constituem a subjetividade de quem são essas pessoas e moldam suas experiências de vida.

Larissa trouxe esse relato em um momento de muita dor, pois me pareceu que essa violência marcou o cruzamento do preconceito racial, sexual e de gênero em seu corpo como mais uma forma de ser oprimida. Esse “mais” uma nos traz uma dualidade. Raíssa e Kari, ao serem convocados a falar a partir de um local racializado, reconhecem os privilégios por serem pessoas brancas, ainda que, diferente do primeiro grupo, não trouxeram a identificação racial nas apresentações. De um lado, o somatório de opressões, e do outro a conexão inerente entre esses lugares. A angústia constante de não se sentir pertencente ao próprio ser é um sofrimento invisibilizado pela colonialidade. É dela que as colonizações são atualizadas, estigmatizando corpos como o de Larissa e de outras mulheres LBTQIA+.

A fala de Raíssa levanta importantes questionamentos acerca de como ser uma mulher cis lésbica carrega consigo o medo da figura masculina enquanto figura de ameaça. Traços do patriarcado, que complexifica a análise à medida que aprofundamos em quais estereótipos ela fala quando pensa em que homens são uma ameaça em potencial. Ela cita assédios que sofreu durante momentos de sua vida e como teme não só por ela, mas por outras mulheres de sua vida, especialmente sua companheira, que ela apresenta uma preocupação a mais por ser uma mulher negra. Segundo Larissa, “homens em geral, que passam esse estereótipo de homem, o perfil masculino que a gente vê na sociedade, me assusta”.

A generificação dessas relações de poder nos permite observar que as vivências de Raíssa, Larissa e Marília são atravessadas pelas imposições de gênero, tal como a vivência de Kari que subverte a binaridade de gênero, refutando em si essas performances e categorizações normativas. Logo, o medo de sair na rua, de ser violentado ou não aceito não é carregado apenas por uma categoria de forma hierarquizada. Os receios de Larissa carregam todas as categorias em que seu corpo atravessa. Sendo uma mulher negra cis lésbica, Larissa parece pensar seu lugar no mundo a partir do que Akotirene aponta, que revela “o confessionário das misoginias contra as mulheres lésbicas, reestruturando as sistemáticas do colonialismo moderno” (2020, p. 39).

Formas de viver e sobreviver: estratégias de enfrentamento interseccionais

Vimos no tópico anterior que as repercussões da matriz de opressão colonial sob a vida de pessoas LGBTQIA+ são aspectos que atravessam diretamente sua história de vida e subjetividade. Tais repercussões, entretanto, são acompanhadas de movimentos que alinham pontos de ruptura e processos de transformação de uma realidade marcada por violências interseccionais. As falas levantadas durante os grupos elucidam uma denúncia e um movimento catártico proporcionado pela identificação coletiva. Falar sobre aquilo que, nas palavras de Raíssa, sempre é posto para debaixo dos panos, impõe um novo lugar social ou um remodelamento de um não-lugar.

A partir dessas contribuições, trago a partir da movimentação cronológica do grupo, algumas estratégias de enfrentamento pensadas e elaboradas por estas pessoas frente ao que discutimos no primeiro momento do grupo. A identificação inicial com as vivências que marcaram suas vidas conduziu esse segundo momento em que pudemos analisar coletivamente deslocamentos possíveis. Foram estratégias que iniciaram individuais, através de experiências particulares, mas que logo foram assinaladas como contraposições que não diziam apenas de uma pessoa só.

Após as discussões sobre família e as diversas violências vivenciadas, os caminhos percorridos pelo

grupo nos levaram, inicialmente, a compreender a importância da psicoterapia como enfrentamento possível. Quando arraigada por pressupostos éticos e teóricos, fundamentada nos direitos humanos, temos grandes êxitos como as experiências de Larissa no ambulatório LGBT, em Pernambuco. Assistida por uma equipe multidisciplinar, Larissa encontrou na psicoterapia com um psicólogo arteterapeuta um espaço em que pôde elaborar as questões que levantamos nos momentos iniciais do grupo focal, expostos no tópico anterior.

Eu não conseguia me aceitar, não conseguia viver, eu não conseguia ser eu. Eu estava adoecida tentando ser o que eu não era. E aí, através de um atendimento psicológico através do ambulatório LGBT, de toda essa equipe, foi quando eu consegui pouco a pouco ir me aceitando e vivendo e ficando bem comigo mesma. (Larissa)

O espaço da psicoterapia é um caminho importante para muitas histórias de pessoas LGBTQIA+. Através de resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) como a nº 7 de 06 de abril de 2023 (Estabelece normas para o exercício profissional em relação ao caráter laico da prática psicológica), a resolução nº 001 de 1999 (Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual) e a portaria nº 74, de 28 de junho de 2023 (Estabelece o uso da sigla LGBTQIA+ no âmbito do Conselho Federal de Psicologia), garantimos novos caminhos éticos e políticos para utilizar essa ferramenta de forma engajada (CFP, 1999; CFP 2023a; CFP, 2023b). Quando articulada com as lutas dos movimentos negro, feminista e LGBTQIA+ consegue de fato promover um espaço de cuidado, garantia de saúde mental e novos modos de viver. O momento de falar sobre a terapia mobilizou o primeiro grupo a pensar entre si os motivos que os levaram a começar o processo de psicoterapia.

Silas verbaliza que o processo de se aceitar, facilitado pela psicoterapia, contribuiu para que as marcas normativas taxativas em seu corpo parassem de ser um incômodo. Dos gestos e expressões de uma masculinidade não-hegemônica, podados pelos tios e familiares, Silas traz ao grupo que sente que seu corpo fala por ele, pelos brincos, pelos dreads no cabelo, que apontam uma não-aceitação dessas imposições familiares/sociais. Nos momentos em que discutimos as estratégias de enfrentamento no segundo grupo, a psicoterapia não teve tanto destaque, apenas em algumas falas pontuais de Raíssa que reforçam a importância de ter a psicoterapia como um lugar em que fantasias e novos agenciamentos são elaborados.

Contraoando às colocações de Silas e Larissa, Marília nos apresenta a uma outra realidade da psicoterapia. A tentativa de reversão sexual, defendida por muitos profissionais da Psicologia, advém das pessoas que usam a religião judaico-cristã atrelado a uma pseudociência para patologizar a existência de pessoas LGBTQIA+, outra grave consequência das colonialidades modernizadas.

Para Marcos Novaes (2021), “a ideia de uma possível clínica que atue a favor do tratamento da homossexualidade é uma tentativa de curar o incurável, patologizar o que não vem a ser uma patologia, atribuindo às psicologias uma tarefa anticientífica e antiética”. Reitero o Art. 3º, da Resolução do CFP nº 001, de 22 de março de 1999, que garante legalmente que “psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”.

Contraoando a existência desses emaranhados ideológicos, os grupos trouxeram durante o segundo momento dos encontros, aspectos associados ao campo do saber. Esse aspecto foi trazido por Silas como algo importante no seu processo de enfrentamento. Estudar e munir-se de teorias que questionam lugares hegemônicos, não só para se entender a partir de outro lugar, mas para defender-se de armadilhas epistemológicas que visam desqualificar e esvaziar seu discurso enquanto homem cis gay negro. Junto a ele, Larissa e Marília reiteram a importância da apropriação desses espaços acadêmicos para a desconstrução interna e externa dessas amarras.

Kari aponta que. “A ciência está do nosso lado! É, as pessoas que tão falando e vindo com discursos

homofóbicos, transfóbicos, elas não fazem ideia do que elas tão falando, a ciência tá literalmente do nosso lado”. Essa fala nos remonta à importância da ciência para diversas teorias e avanços para a população LGBTQIA+. Estudos e pesquisas concentrados em diversas categorias profissionais e do saber nos ajudam a descortinar temáticas que outrora estavam escondidas sob a égide colonial. Como no campo da Psicologia em que garantimos que o histórico de patologização da homossexualidade fosse destituído da Classificação Internacional das Doenças (CID) e pela constante garantia de que Projetos de Lei encaminhados a justiça não ressuscitassem essa história de retrocessos.

É nesse sentido que rememoro a dualidade histórica da ciência, pensando nas contribuições de Silva, Miranda e Santos (2020) sobre o papel da ciência eurocentrada na patologização dos gêneros e sexualidades dissidentes, além da naturalização de violências epistêmicas e subjetivas por meio de teorias racialmente sistematizadas. A ciência sempre esteve ao lado da branquitude cisheteronormativa, e nossos movimentos decoloniais visam quebrar esse pacto tão institucionalizado no imaginário social. Reconhecer esses dois lados nos permitem, assim como Silas relata posteriormente ao longo do grupo focal, nos munir de conhecimento para enfrentar ideias, enunciações e teorias que não se sustentam naquilo que é baseado na ciência engajada com a garantia dos direitos humanos.

Outras armadilhas rodeiam por entre os âmbitos sociais, pois, pressupõe-se que, além de sofrer com constantes agressões, pessoas LGBTQIA+ são coagidas a explicarem sobre suas histórias. Pessoas em condições de poder, como nos mostra Maldonado-Torres (2018), buscam evadir das responsabilidades expostas com a crítica decolonial, em face da proteção de seus lugares hegemônicos. Cabe ao colonizado ser grato, agir de boa-fé e sempre ter paciência, pois, como disse algumas páginas acima, questionar estruturas é questionar posições histórico-sociais. É algo que gera revolta, como evidenciado por Larissa, mas que também nos captura de forma abrupta, deixando-nos sem reação, como expõe Marília.

Hoje eu confesso que já fico puta! Tipo, porra... como o Silas falou, tem livro, tem internet, tem tudo aí! A gente tem palestras e mais palestras, temos espaços, sabe? (Larissa)

O lugar de agente questionadora aparece para Raíssa como forma de driblar a passabilidade, quando ela se municia de acessórios que fazem ela ser reconhecida. Pois, como apontei no tópico anterior, passar-se por algo que não se é, é apenas uma outra forma de ser violentado para evitar uma violência supostamente mais intensa, uma manobra que mantém os colonizados nos eixos normativos. Nesse sentido, Raíssa adota estratégias para ser vista, reconhecendo em si o mecanismo ambíguo da passabilidade.

E acho que justamente por conta disso acabo me prendendo em alguns detalhes da forma que eu me expressei, justamente para ter esse sentimento de que preciso me expressar de uma forma que as outras pessoas entendam quem eu sou. (Raíssa)

As autoras Pontes e Silva (2018) evidenciam o termo ‘passabilidade’ a partir da narrativa de pessoas trans e suas experiências com a cisheteronormatividade. Segundo elas, ‘passar-se por’ enfatiza o reconhecimento da sociedade daquela pessoa como cisheteronormativa, o que “acaba por definir e aplicar valores aos corpos e, por conseguinte, aos próprios sujeitos, explicitando relações de hierarquia (Pontes; Silva, 2018, p. 403-404). Tal mecanismo permeia relações, modifica comportamentos e processos regulatórios, e influenciam diretamente na forma como pessoas LGBTQIA+ vão vivenciar e enfrentar as violências coloniais, pois a passabilidade também pressupõe uma racialidade, que influenciam como esses corpos circularão pelo território e como vivenciarão sua sexualidade. Ademais, apontam que:

Indicam-se, assim, práticas cotidianas implicadas na produção e manutenção de uma determinada corporalidade, um policiamento constante das fronteiras a fim de suprimir

todo traço ambíguo que expusesse o trânsito de gênero frente às normas de inteligibilidade, comunicando os possíveis riscos da não inteligibilidade naquele contexto (Pontes; Silva, 2018, pp. 407-408)

Reconhecer-se apesar das armadilhas da passabilidade foi o ponto discursivo que direcionou o grupo para outros caminhos. A partir das vinculações criadas na dinâmica grupal em decorrência de tantas falas familiares, ficou evidente que a identificação era para todes uma grande estratégia de enfrentamento. Identificar-se com algo que se parece com você nos possibilita enxergar algo que precisava ser escondido e se sentir representado naquilo em que cotidianamente produz sentidos subjetivos no imaginário social. Portanto, ao passo que através de cada fala as pessoas se sentiam mais conectadas entre si, essa identificação ia ganhando contornos relacionados a necessidade de falar sobre si com pessoas que têm vivências parecidas.

Hoje em dia eu reconheço a importância muito grande de encontrar outras pessoas LGBT, de encontrar outras pessoas que estão ocupando espaço de encontro. Essas pessoas que estão falando sobre ser LGBT e enfrentar os preconceitos, de alcançar seus sonhos, né? Eu cresci numa realidade onde isso não era possível. Então hoje em dia estar nesse grupo para mim é muito importante. (Larissa)

A construção coletiva proporciona, tal como Larissa trouxe, novas formas de se ver. Em contraponto, a invisibilidade ocasionada pelas estruturas coloniais, enxergar-se em outra pessoa é, de fato, uma via privilegiada para enfrentar o silenciamento e a introjeção de preconceitos, ainda que a outra pessoa tenha suas experiências diferenciadas pelas relações de poder interseccionais. Entender a importância do outro nesse processo me remete ao que bell hooks traz sobre o autorreconhecimento afetivo que nos permite “conhecer e definir aquelas necessidades que só serão preenchidas em comunhão ou contato com outras pessoas” (hooks, 2010, p. 9)

Me parece que as teorias utilizadas pelas pessoas participantes indicam uma maneira de driblar e denunciar a apropriação cultural e reprodução de ideologias excludentes. Ter acesso a essa representatividade na infância talvez pudesse ter transformado atos que só puderam emergir depois. Esse contato ou identificação muitas vezes aparece em espaços como a universidade para promover a ruptura com um silêncio sistematizado. Além disso, se sentir representado envolve também a possibilidade de estar e frequentar espaços LGBTQIA+ sejam eles espaços virtuais, tais como o grupo realizado, espaços físicos como coletivos, centros culturais e de acolhimento ou espaços simbólicos, como a presença e relação amorosa com as pessoas companheiras.

Eu percebo, por exemplo, que quando eu estou com pessoas LGBT eu fico mais à vontade, mais aberto para ser mais eu mesmo (...) não que eu não fique com meus amigos héteros, mas é como que se eles [pessoas LGBTQIA+] vissem mais sentido e minhas expressões do que os outros. (Silas)

Para Larissa, estar em espaços em que ela possa demonstrar afeto com sua namorada, ser ela de verdade, é algo essencial. Ela aponta no grupo alguns espaços em Pernambuco que são frequentados por pessoas da comunidade LGBTQIA+ e sua importância para a liberdade de expressão dessas pessoas. Essa necessidade pode ser suprida quando ela se afasta do ambiente familiar no qual não conseguia viver, por, segundo ela, amarem uma ideia que criaram dela. Essa distância foi importante para Silas, que viu na cidade onde estuda um caminho para viver afetos negados onde morava anteriormente. Percebemos aqui o contexto social, ou seja, o território concreto e simbólico operando sob as estratégias de enfrentamento dessas pessoas. Diferentes contextos, como explicitado por Collins e Bilge (2021), que ditam distintas

necessidades e formas de lidar, seja na procura por novos afetos ou pela necessidade de encontrar espaços de representatividade.

Distanciar-se daquilo que machuca pode ser o primeiro movimento para um empoderamento. Uma distância concreta, marcada por quilômetros, mas também uma distância simbólica, como a estratégia que Kari adota. Elu aponta que uma das formas de se defender de palavras e agressões é se abster de discussões e conversas que não irá lhe fazer bem. Tenta trazer argumentos mais lógicos, baseados na ciência, quando sente que é possível um diálogo em que o outro lado de fato escute.

Dessa distância necessária, o grupo foi conduzido a novos lugares. Das identificações criadas, o movimento grupal nos direcionou a falar dos afetos que nos foram negados e daqueles que ganhamos ao nos olhar pela primeira vez. Ao identificar o afeto como estratégia de enfrentamento, falo não só como algo que surgiu apenas nas falas das pessoas participantes. Afetos foram gerados a partir da vinculação entre as pessoas ali presentes. Suas falas alegam a importância de estar “com os nossos”, conforme Larissa apresenta e que o primeiro passo de se aceitar e se entender como LGBTQIA+ é sentir acolhimento/afeto em pessoas e/ou espaços.

A “ausência” do afeto nos remete a historicidade do amor negro, negado desde o momento da escravidão e enlaçado pelos nossos imaginários ancestrais que nos condiciona a reprimir nossos sentimentos (hooks, 2010). bell hooks já nos sinaliza sobre entender o amor em contextos em que a luta pela sobrevivência se torna um elemento mais importante. E é por isso que nossos corpos-história não se satisfazem apenas com o sobreviver, pois o amor e afeto dizem respeito também a uma forma de driblar essas violências. Driblá-las envolve a reconexão com nossa existência, com nosso corpo, com a abertura ao outro que agora ocupa um outro lugar em nossas mentes, pois “quando nos amamos, sabemos que é preciso ir além da sobrevivência [...] é preciso criar condições para viver plenamente” (hooks, 2010, p. 6).

Dessarte, o afeto também surge a partir da abertura. O contato com si, a consciência epistemológica e ontológica, são vias para se permitir a receber afetos historicamente negados além de perceber nas outras pessoas que recebem nosso amor e afeto (hooks, 2010). Larissa e Raíssa reconhecem a potencialidade de se relacionar com uma outra mulher, de se permitir ser paquerada, de ter contato com o desejo por anos reprimido ou tamponado. No segundo grupo, Raíssa e Kari apresentam suas histórias de vida junto a presença de um vínculo amoroso. O enfrentamento pela identificação, pelo afeto e amizades são achados importantes em sua pesquisa que reforçam a presença dessas estratégias aqui apresentadas em outras pesquisas empíricas com pessoas LGBTQIA+.

Considerações “finais”

Diante do objetivo proposto, entendo esse trabalho como uma aproximação a discussões ontológicas, políticas e, acima de tudo, reconstrutivas. Os grupos propiciaram a criação de um espaço onde as temáticas referentes aos preconceitos de raça, gênero e sexualidade puderam ser explorados a partir de distintos lugares (compreendendo a interdimensionalidade da matriz de opressão), evocando histórias e experiências de vida das pessoas participantes.

As estratégias de enfrentamento identificadas e pensadas por Larissa, Raíssa, Silas, Kari, Marília e por mim dizem sobre nossos lugares, e mesmo não abarcando todas as vivências do movimento LGBTQIA+, ainda dizem sobre muitas implicações histórico-sociais e intrasubjetivas. Ressalto as palavras afeto, vínculo, identificação e afinidade como significantes coletivos, inerentes a experiência de conduzir e participar desses grupos focais. Identificar nossas estratégias de enfrentamento é um movimento descolonizador rumo a decolonização de nossos corpos, que pressupõe um novo caminho para driblar as amarras as quais fomos submetidos durante toda nossa vida.

São observações que, a meu ver, não podem passar despercebidas, assim como a urgente implicação do campo das Ciências Sociais e da Psicologia nas pautas decoloniais generificadas e racializadas, conforme visto nas discussões dos grupos. Unindo esses afetos com as teorias interseccionais e decoloniais, me

deparo que tais reflexões podem nos direcionar a críticas mais profundas e futuros desdobramentos acerca do uso crítica decolonial, da interseccionalidade e outros elementos teórico-metodológicos.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. 3. ed. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ALVES, S. M.; ARAÚJO, L. Interseccionalidade, Raça e Sexualidade: Compreensões Para a Velhice de Negros LGBTI+. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 161-178, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020>>.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CPF. **Resolução CFP nº 01, de 22 de março de 1999**. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-1-1999-estabelece-normas-de-atuacao-para-os- psicologos-em-relacao-a-questao-da-orientacao-sexual?origin=instituicao&q=1999>>.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CPF. **Resolução Nº 7, de 06 de abril de 2023**. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-7-2023-estabelece-normas-para-o-exercicio-profissional-em-relacao-ao-carater-laico-da-pratica-psicologica?origin=instituicao>>.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CPF. **Portaria Nº 74, de 29 de junho de 2023**. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/portaria-cfp-n-74-2023-estabelece-o-uso-da-sigla-lgbtqia-no-ambito-do-conselho-federal-de-psicologia?origin=instituicao>>.
- FEITOSA, C. Políticas Públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 32, p. 90-118, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.06.a>>.
- FERRAZ, D. DE M.; TOMAZI, M. M.; SESSA, A. As mortes de Matheusa em uma notícia do Estadão: estudos interseccionais sobre preconceito, discriminação e violência física em relação à diversidade de gêneros. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 4, p. 927-958, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6398201914748>>.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2018**. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/transparencia/?gad=1&gclid=CjwKCAjw-KipBhBtEiwAWjgwrD_QqARv09ZKbiBwDrGiOUDWTvjw5rmBtCl2TgKmQnB_4AVKL4_SphoCP3UQAvD_BwE>.
- hooks, B. Vivendo de amor. In: Werneck, J.; Mendonça, M.; White, E. C. (Orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. **Criola**: Rio de Janeiro, 2000.
- LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 723-747, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206209>>.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidades e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFORGUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2018, p. 27-53.
- MENDES, R.; PEZZATO, L. M.; SACARDO, D. P. Pesquisa-intervenção em promoção da saúde: desafios metodológicos de pesquisar “com”. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 21, p. 1737-1745, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.07392016>>.
- NOVAES, M. O. “Cura gay”: psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática. **Periódicus**, v. 2, n. 16, p. 113-125, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/peri.v2i16.36905>>.
- OLIVEIRA, E. A. de et al. Reflexões em Torno da Saúde da População LGBT: cruzando temas, problemas

e perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 11, p. 7-18, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.31560/2595-3206.2020.11.11708>>.

PÁTARO, R. F.; CALSA, G. C. Reflexões sobre a pesquisa com grupos focais nas ciências sociais e humanas: a questão da quantidade de participantes, proveniência e local de organização. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4013/csu.2020.56.1.01>>.

DE PONTES, J. C.; DA SILVA, C. G. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 396–417, 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i8.23211. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23211>.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-38, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201800530015>>.

RIOS, F.; RATTS, A. “A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez”. In: CHALHOUB, S.; PINTO, F. (Orgs.). **Pensadores negros-pensadoras negras do século XIX e XX**. 1. ed. Belo Horizonte: Traço Fino Ltda, 2016, p. 387-402.

SILVA, D. S. N.; MIRANDA, M. H. G.; SANTOS, M. C. G. Homofobia e interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. **Interritórios**, v. 6, n. 10, p. 200-224, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.33052/inter.v6i10.244903>>.

VEIGA, L. M. (2018) As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, 12(1), 77-88.